



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639937 - SP (2021/0012177-0)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : DAVID DE CASTRO  
**ADVOGADO** : DAVID DE CASTRO - SP360170  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RODOLFO ROBSON MARQUES (PRESO)  
**CORRÉU** : MARCOS AURELIO ALVES DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODOLFO ROBSON MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2255366-11.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado pelo Tribunal do Júri à pena de 31 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso nos arts. 121, § 2º, inciso IV, e 121, §2º, incisos IV e V, c/c o art. 14, inciso II, na forma do art. 69, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta que teria havido nulidades no Júri, uma vez que os jurados teriam prestado compromisso legal após o encerramento da sessão, o *Parquet* teria se utilizado de argumento de autoridade para prejudicar o paciente e, ainda, os jurados teriam sido induzidos a erro pela acusação.

Requer, liminarmente e no mérito, a anulação da sessão plenária, com a consequente revogação da prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto de análise no HC n. 627.140/SP, cujo pleito liminar já foi devidamente analisado.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração de pedido, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Veja-se o seguinte precedente:

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.**

*Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.*

*Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, inciso XIII, alínea c, c/c o art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência